

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: 01/12/2012 a 31/12/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Site eletrônico do MDS
Site eletrônico do MDA
Site Eletrônico do MMA
Site eletrônico do INCRA
Site eletrônico da CONAB
Site eletrônico do MAPA
Site eletrônico da Agência Carta Maior
Site Eletrônico da Fetraf
Site Eletrônico da MST
Site Eletrônico da Contag
Site Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da CPT
Carta Capital

Índice

Esgotamento da reforma agrária - O Estado de S.Paulo. 03/12/2012.....	4
INCRA atende pedido da CNA e flexibiliza regras para certificação dos imóveis rurais – Site da CNA. 04/12/2012	5
Incra altera normas para agilizar procedimento de certificação de imóveis – Site do INCRA. 04/12/2012.....	6
Incra agiliza regularização de posse de terras. Tarso Veloso – Valor Econômico. 04/12/2012.....	7
Sala de Situação monitora ações do Plano Brasil Sem Miséria em Assentamentos de Reforma Agrária – Site do INCRA. 05/12/2012	8
Programa Assentamentos Verdes é defendido durante conferência climática da ONU – Site do INCRA. 06/12/2012	10
Condraf aprova criação de Comitê de Reforma Agrária – Site do MDA. 06/12/2012.....	11
Incra vai usar imagens de satélite para monitorar assentamentos na Amazônia Legal – Site do INCRA. 07/12/2012	12
MMA e Incra firmam parceria. Sophia Gebrim – Site do MMA. 07/12/2012.....	13
Governo chinês costura lei para combater confisco de terras. Esther Fung e Tom Orlik – Valor Econômico, The Wall Street Journal. 07/12/2012	14
Não existe uma ação para democratizar a terra. José Coutinho Júnior – Site do MST. 10/12/2012.....	16
Incra/MDA e CNPq selecionam 34 projetos de Residência Agrária em universidades de 18 estados – Site do INCRA. 11/12/2012	19
Acesso de crédito emergencial para assentados é ampliado – Site do INCRA. 11/12/2012.....	20
Combate ao desmatamento na Amazônia inclui 58 assentamentos de Rondônia – Site do INCRA. 11/12/2012	21
"Governo abandonou Reforma Agrária iludido com agronegócio", diz Stedile. Celso Horta – Site do MST. 13/12/2012.....	21
Incra e MDA ressaltam esforços conjuntos para reconhecimento de territórios quilombolas – Site do INCRA. 13/12/2012	24
CNA negocia com MDA e Incra soluções para a regularização fundiária no Brasil – Site da CNA. 14/12/2012	25
Nota MDA e Incra - Sobre Termo de Acordo firmado com o Ministério do Planejamento – Site do INCRA. 19/12/2012	27
Judiciário faz ofensiva contra a Reforma Agrária, diz Gilmar. <i>José Coutinho Júnior</i> – Site do MST. 20/12/2012	28
Assentados da reforma agrária passam a ser atendidos pelo Programa Água para Todos – Site do INCRA. 20/12/2012	30
Incra fará Cadastro Ambiental Rural de um milhão de assentados – Site do INCRA. 20/12/2012.....	32

MDA, Incra e GDF assinam Termo de Cooperação para criar assentamentos – Site do MDA. 21/12/2012.....	33
Contra despejo, MST bloqueia 6 rodovias no interior paulista – Folha de São Paulo. 21/12/2012.....	34
Incra publica dados de combate ao desmatamento na Amazônia – Site do INCRA. 23/12/2012.....	35
Novas áreas para reforma agrária em 2013 – Site do INCRA. 28/12/2012.....	36

Esgotamento da reforma agrária - O Estado de S.Paulo. 03/12/2012

Os dados mais recentes sobre o número de famílias assentadas em terras desapropriadas para fins de reforma agrária confirmam uma notável mudança na política agrária do governo do PT depois da posse de Dilma Rousseff na Presidência da República. Resistindo às ameaças e às pressões do Movimento dos Sem-Terra (MST) e de áreas do partido ligadas historicamente à reforma agrária, o atual governo vem reduzindo drasticamente o número de famílias assentadas. Neste ano, até o dia 16 de novembro, de acordo com registros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 10.815 famílias tinham sido assentadas, como mostrou reportagem de Roldão Arruda no Estado (19/11). Esse número indica que o total deste ano deverá ser menor do que o de 2011, de 20,8 mil assentamentos, que, até agora, era o menor desde 1995.

Às pressões em geral ilegais e muitas vezes violentas do MST, o governo Lula reagiu com paternalismo e leniência, mas também aproveitou seu vínculo com o movimento para utilizá-lo politicamente. Não por coincidência, os maiores números de assentamentos durante os dois mandatos de Lula foram registrados em 2005, quando estourou o escândalo do mensalão e se chegou a cogitar de seu impeachment, e em 2006, ano em que o então presidente se candidatou à reeleição. Nos anos seguintes, porém, a média ficou em cerca da metade do total registrado no ano da reeleição. No governo Dilma, diminuiu ainda mais.

Dirigentes do MST e alguns políticos petistas atribuem a redução do número de assentamentos ao abandono, pelo governo Dilma, dos compromissos com a reforma agrária. Não se trata, porém, apenas de decisão política do governo. As razões da queda são mais profundas e duradouras. As mudanças no quadro econômico e social do País nos últimos anos abriram oportunidades de trabalho nas cidades ou nas atividades do agronegócio para os que antes não tinham possibilidade de obter renda regular senão no campo.

O esvaziamento progressivo do MST, com a conseqüente perda de seu poder de pressão sobre o governo e a sociedade, bem como a perda de significado da reforma agrária decorrem dessas transformações.

A manipulação política de boa parte dos assentamentos, por sua vez, desmoralizou os programas de reforma agrária. Levantamento feito pelo Incra no fim de 2011 constatou que, de cerca de 790 mil famílias assentadas até então, nada menos do que 42,9% tinham abandonado os lotes que lhes haviam sido concedidos, por desinteresse ou falta de conhecimento para cultivá-los. Outros 35,4% tinham transferido ilegalmente as terras e 10,6% não tinham cumprido as cláusulas contratuais.

Compreende-se, por isso, que, desde o início do governo Dilma, o Incra venha dedicando cada vez menos esforços para aumentar o número de assentamentos. Do total de R\$ 426,6 milhões de que dispõe neste ano para compra de terras destinadas à reforma agrária, até agora o órgão só autorizou gastos equivalente a 41%. O Incra decidiu dar atenção crescente à melhoria das condições de vida das famílias, de modo a transformar os assentamentos em comunidades que alcancem maior produção e maior renda, preservando o meio ambiente. Vem fazendo isso por meio de treinamento, da

disseminação de técnicas e do emprego de insumos que aumentem a produtividade. Além disso, está articulando sua ação com a de outros órgãos do governo, para melhorar a infraestrutura e as condições de moradia.

Sem entender as transformações por que passou o País e as novas necessidades das populações rurais, o MST está cada vez mais distante da realidade e se isolando ainda mais por causa de sua postura política equivocada e de seu discurso belicoso. Descontente com o núcleo central do governo Dilma, "que não quer saber da reforma (agrária)", o porta-voz do MST, Alexandre Conceição, promete reação. "Vamos partir para o conflito com o latifúndio", disse ele ao Estado.

Se e quando isso ocorrer, o governo Dilma terá de agir com o rigor necessário, na forma da lei; assim fazendo, deixará ainda mais claro que, nessa questão, é diferente do anterior.

INCRA atende pedido da CNA e flexibiliza regras para certificação dos imóveis rurais – Site da CNA. 04/12/2012

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) atendeu a um pedido da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e simplificou as regras para certificação de imóveis rurais. Esse processo será feito por meio da simples conferência do código do imóvel e da análise da poligonal e memorial descritivo da propriedade, como determina a Norma de Execução Incra 105. "Até agora, a análise era feita de forma detalhada, sem que o Incra contasse com um número adequado de técnicos para avaliar os pedidos, situação que comprometia o andamento dos processos, trazendo insegurança jurídica para o campo", afirmou a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, que diagnosticou e apresentou o problema ao Incra.

Com a mudança, o objetivo do Incra é atender aos cerca de 29 mil processos que estão pendentes de análise ou em processo de análise. De acordo com a senadora Kátia Abreu, desse total, 19 mil processos nem começaram a ser analisados em função, basicamente, da falta de pessoal especializado para realizar o trabalho. "Até agora o processo era muito burocrático", afirmou. A previsão da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra é que todos esses processos sejam apreciados e finalizados num prazo de quatro meses.

Para a CNA, a partir de agora, será possível acelerar os processos de certificação, pois caberá ao servidor apenas verificar se o código do imóvel informado no memorial descritivo está cadastrado no Incra. Essa é a análise do cadastro. Já a partir da apreciação cartográfica será verificado se a poligonal do imóvel não se sobrepõe a nenhuma outra do cadastro georreferenciado do Incra. Também será avaliado se o memorial descritivo atende às exigências técnicas. Conforme a nova norma do Incra, proprietários e credenciados serão responsáveis por todas as informações prestadas, inclusive por inconsistências que vierem a ser detectadas na poligonal certificada.

Incra altera normas para agilizar procedimento de certificação de imóveis – Site do INCRA. 04/12/2012

Com o objetivo de dar celeridade ao processo de certificação de imóveis rurais, o Incra está promovendo uma série estudos e mudanças em seus normativos a fim de simplificar e melhor orientar as diretrizes e procedimentos referentes à certificação. A primeira medida nesse sentido foi a publicação no Diário Oficial da União, nesta terça-feira (27) da Norma de Execução nº 105/2012. Com a medida, a expectativa é certificar quatro mil imóveis até o final de dezembro e 20 mil até o final de fevereiro, atingindo assim uma área de 20 milhões de hectares.

A alteração tira do Incra, por exemplo, a responsabilidade pela análise do domínio do imóvel, uma informação de responsabilidade do proprietário. Segundo o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária Richard Martins Torsiano, a norma anterior era burocrática e pouco operacional, o que contribuiu para o aumento do passivo do Incra no tema da certificação. O nível de exigência anterior dificultava a análise dos processos e gerava inúmeras notificações. Enquanto essas notificações não eram respondidas pelo proprietário, o passivo ficava com o Incra. "A nova norma retira da análise do Incra uma série de elementos que não eram de sua responsabilidade e amplia a nossa capacidade de resposta", exemplifica.

O resultado objetivo desse processo já pode ser medido nos primeiros dias após a publicação da norma. Na primeira semana de vigência da Norma de Execução mais de 600 processos foram certificados. "Desburocratizando a norma colocamos o Incra exercendo o papel que ele efetivamente deve ocupar no processo de certificação, e também ampliamos nossa capacidade de resposta, tornando o processo mais célere", reafirma Torsiano.

Novos procedimentos

De acordo com a norma de certificação de imóveis rurais, cabe ao Incra verificar se a área não se sobrepõe a nenhum outro constante do cadastro de georreferenciamento e averiguar se o memorial descritivo atende às exigências técnicas. Também cabe ao Incra a notificação ao interessado em caso de indeferimento do pedido. A notificação deve conter todas as inconsistências encontradas e será enviada por correio eletrônico e por carta registrada ao interessado, que terá 60 dias, contados da data do recebimento da carta registrada, para manifestar-se sob pena de arquivamento.

Georreferenciamento

Há mais de um ano o Incra vem intensificando as ações para melhorar a governança fundiária que está sob sua responsabilidade. Em novembro do ano passado assinou Termo de Cooperação Técnica com a Diretoria de Serviço Geográfico do Exército Brasileiro para análise de 19,5 mil processos vindos das Superintendências Regionais. São cerca de 100 profissionais entre engenheiros e técnicos da área cartográfica concentrados somente nesses processos.

Em outubro deste ano a Autarquia Federal firmou parceria com o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) com o objetivo de envolver a experiência e a relação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) com agrônomos e profissionais do georreferenciamento, a fim de otimizar o processo de captação de

dados georreferenciados em campo. Para alavancar ainda mais o processo de certificação, o Incra finaliza para publicação nos próximos dias uma Instrução Normativa que automatiza todo o processo de certificação, sem necessidade de tramitação de papel.

O novo sistema ficará em fase de testes por um período, mas a previsão é que esteja disponível para uso até o final de fevereiro de 2013. "Com ele, o técnico credenciado pelo Incra, responsável pelo georreferenciamento poderá submeter as peças técnicas do processo por meio do Sistema Automatizado de Certificação, que fará toda a análise dos dados e, em caso de inconsistências, informará de pronto ao técnico quais são e onde elas estão", explica o diretor.

Outra ações

Em 2012, o Incra deu início a grandes mudanças nas ações desenvolvidas junto aos assentamentos da Reforma Agrária. Reconhecendo que os assentamentos guardam diferenças entre si, assim como os territórios em que estão inseridos oferecem dinâmicas próprias, adotou a estratégia de atuação em rotas diferenciadas de desenvolvimento, entre as quais está a rota de integração ao Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), do Governo Federal.

No Plano, lançado em julho de 2011, foi anunciada a meta de incluir 50 mil famílias de assentados e assentadas da Reforma Agrária no eixo de Inclusão Produtiva Rural até 2014. Porém, o Incra resolveu se antecipar e já definiu onde estariam essas pessoas. Elas estão em 770 assentamentos, com 50.588 famílias assentadas, em todos os estados do país, e passarão a ter prioridade em diversas ações do PBSM.

A regularização ambiental também é uma agenda prioritária para o Incra. Para tal fim, foi elaborado o Plano de Combate, Prevenção e Alternativas ao Desmatamento Ilegal (PCPADI) – Assentamentos Verdes, com ênfase na Amazônia Legal. O plano compõe uma agenda de atuação sustentada em três eixos: regularização ambiental via Cadastro Ambiental Rural (CAR); recuperação ambiental com renda e segurança alimentar para as famílias; valorização do ativo florestal, com destaque a projetos de assentamento ambientalmente diferenciados, incluindo o Bolsa Verde. Todo esse planejamento tem a supervisão do Ministério Público Federal e a parceria de entes como o Ministério do Meio Ambiente, Ibama, ICMBio, Serviço Florestal Brasileiro, Polícia Federal, governos estaduais, prefeituras e organizações da sociedade civil.

Incra agiliza regularização de posse de terras. Tarso Veloso – Valor Econômico. 04/12/2012

O Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) vai zerar, até março de 2013, o passivo na certificação de imóveis que totaliza cerca de 36 mil imóveis em 20 milhões de hectares, afirmou ao Valor o presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes. A presidência da estatal modificou a forma de trabalho nas 30 superintendências regionais para agilizar o processo. O atraso na entrega do documento de posse impede a negociação de terras.

Para cumprir esse objetivo, a autarquia realizou três mudanças para agilizar o processo. A primeira, publicada na semana passada, alterou a Norma de Execução 105/2012 retirando a responsabilidade da análise do domínio do imóvel do Incra. Essa informação é de responsabilidade do cartório de registro de imóveis e deve ser feita pelo dono.

"Vamos extinguir o passivo de certificação, ou seja, das pessoas que deram entrada no Incra e aguardam uma resposta para seus processos de regularização", disse o presidente do Incra.

Com essa mudança, em apenas três dias foram certificados 200 imóveis. Nos sete meses anteriores, mesmo com o termo de cooperação técnica entre Incra e a Diretoria de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro para acelerar a análise dos processos de certificação de imóveis rurais foram certificados 150 processos. A expectativa é concluir 200 certificações por dia e chegar ao final do ano com 4 mil registros de imóveis expedidos.

Pelo termo assinado em 2011, o Exército analisaria os processos de certificação de imóveis que estão nas superintendências regionais do órgão e contratará técnicos e engenheiros para agilizar o serviço, cujo passivo é bastante significativo.

"A Norma de Execução recoloca a certificação no seu eixo, ou seja, o Incra exerce o papel que lhe cabe no processo de certificação, amplia sua capacidade de resposta e torna esse processo mais célere", afirma Guedes.

A segunda mudança será a publicação de uma portaria, que instituirá a certificação eletrônica a partir de 28 de fevereiro do ano que vem. Mesmo sem funcionar oficialmente, ela entra em fase de testes até a data oficial. O documento está em análise na Procuradoria Jurídica e será publicada até sexta-feira, dia 7. A partir dela o Incra só vai analisar processos onde há sobreposição nas áreas das propriedades.

Por último, na semana que vem será publicada uma norma para automatizar os processos. Ao invés de serem analisados um por um, os processos terão seus dados lançados por técnicos contratados pelos proprietários e cadastrados na autarquia. Ele vai informar os dados da propriedade e, se não houver inconsistência, o protocolo para registro em cartório será expedido na hora.

Guedes diz que o processo é parecido com o que foi feito na receita federal. "Ninguém mais entrega os processos hoje em papel. Queremos agilizar com qualidade. É um compromisso nosso", disse o presidente da estatal.

Sala de Situação monitora ações do Plano Brasil Sem Miséria em Assentamentos de Reforma Agrária – Site do INCRA. 05/12/2012

Empenhado em implementar as metas de combate à pobreza extrema, o Incra deu um importante passo para promover a inclusão produtiva de 50.588 famílias assentadas em situação de pobreza extrema no meio rural. A autarquia agrária identificou 770 assentamentos em todo o país onde vivem as famílias que passarão a ter prioridade nas ações que compõem a Rota Brasil Sem Miséria de Inclusão Produtiva de Assentamentos da Reforma Agrária.

As ações serão executadas de forma integrada pelo Incra e por outros órgãos do Governo Federal, em projetos de assentamentos de todos os estados brasileiros. Tudo será acompanhado e monitorado pela direção da autarquia e por uma Sala de Situação específica para projetos de reforma agrária, instalada nesta quarta-feira (5), no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), nas presenças do presidente do Incra, Carlos Guedes, e da ministra Tereza Campello.

Além dos assentados que estão na Rota do Plano Brasil Sem Miséria, outras 41,8 mil famílias beneficiárias do Bolsa Verde e mais 20 mil famílias de novos assentamentos serão inseridas nas ações de desenvolvimento, totalizando cerca de 100 mil famílias atendidas até dezembro de 2013.

A estruturação dos assentamentos incluídos no Brasil Sem Miséria contará com parcerias de outros órgãos governamentais por meio de programas como o Luz Para Todos, Minha Casa Minha Vida, PAC Infraestrutura (PAC-2), entre outros. É o caso do acordo de cooperação firmado entre o Incra e o Ministério da Integração pelo Programa Água para Todos, onde R\$ 84 milhões em recursos dos dois órgãos serão empenhados para atender 31 mil famílias do Semiárido Nordeste e Norte de Minas Gerais. Dessas, 9,7 mil famílias vivem em alguns dos 770 assentamentos incluídos no Plano Brasil Sem Miséria.

Condições dignas de vida

As ações lideradas pelo Incra, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e MDS visam garantir condições dignas de vida nos assentamentos por meio de acesso à cidadania (Mutirão de Documentação, Cadastro Único, Bolsa Família, Brasil Carinhoso); fomento à produção (crédito, assistência técnica, programa de aquisição de alimentos), preservação ambiental (Bolsa Verde e Programa Assentamentos Verdes) e infraestrutura (água, luz, habitação e estradas de acesso).

Para o presidente do Incra, Carlos Guedes, a medida representa um novo ciclo na gestão da instituição que, na sua avaliação, tem uma cultura ainda muito associada à colonização, época em que o Incra praticamente assumia todas as funções do Estado brasileiro. "Agora, com a evolução das políticas públicas, o Incra atua para inserir suas ações na agenda global do governo", considera Guedes.

Acompanhamento

Para a ministra Tereza Campello, a prioridade dada pelo Incra e o acompanhamento das ações desenhadas para atender o público em extrema pobreza que vive nos assentamentos da reforma agrária são fortes instrumentos de fortalecimento das políticas do Brasil Sem Miséria, não apenas para melhorar a rota de inclusão produtiva desses assentamentos, mas para que as demais ações do plano possam chegar mais rápido a essas pessoas.

A Sala de Situação vai acompanhar de forma minuciosa a execução de ações específicas nos assentamentos da reforma agrária. A coordenação será da Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza (Sesep), responsável pela gestão do Plano Brasil Sem Miséria no MDS. Também vai monitorar a aplicação de políticas públicas para 50,5 mil famílias. Desse total, 31,6 mil (62%) estão cadastradas no Cadastro Único de Programas

Sociais do Governo Federal (CAD-Único), 24,8 mil delas já recebem o Bolsa Família (49%), e cerca de 18,8 mil (37%) estão recebendo assistência técnica contratada pelo Incra, sendo que há previsão de contratação imediata para mais 12 mil famílias, mediante chamadas públicas que encontram-se em fase final de contratação.

Programa Assentamentos Verdes é defendido durante conferência climática da ONU – Site do INCRA. 06/12/2012

O Programa Assentamentos Verdes, instituído pelo Incra para promover ações de combate ao desmatamento ilegal nos assentamentos da Amazônia, foi defendido pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, durante a COP 18, Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudança do Clima. O encontro, que ocorre em Doha, no Qatar, reúne representantes de 190 países.

Durante o discurso, nesta quarta-feira (5), a ministra enfatizou que o desafio de recuperar áreas desmatadas e degradadas no Brasil não deve levar a novas formas de exclusão social do pequeno proprietário. Ela observou que o Brasil possui cerca de 5,2 milhões de imóveis rurais, ocupando uma área de 330 milhões de hectares. Desse total, 4,4 milhões de imóveis (ou 80 milhões de hectares) são de pequenos agricultores, representando 24% da área agrícola total. Outros 80% pertencem a médios e grandes latifundiários.

“Devemos encontrar formas inovadoras de abordar a produção de alimentos, a gestão sustentável de recursos naturais e a conservação da diversidade biológica, considerando os serviços ambientais essenciais para uma nova economia de sustentabilidade”, frisou Izabella Teixeira.

Meta

O Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia, denominado Assentamentos Verdes, tem como foco a redução do desmatamento nos assentamentos, associada às estratégias do Programa Bolsa Verde, do Ministério do Meio Ambiente. A meta é atender 980 assentamentos, em 199 municípios, e alcançar mais de 190 mil famílias até 2019.

O programa baseia-se na atuação conjunta do Incra com instituições públicas e privadas, além de organizações sociais do campo. As ações estão orientadas em quatro eixos: valorização de ativos ambientais e de atividades produtivas; a recuperação de passivos ambientais com geração de renda e segurança alimentar para as famílias; a regularização fundiária e ambiental via Cadastro Ambiental Rural (CAR), por unidade familiar, além do monitoramento e controle ambiental.

A Federação dos Municípios do Estado do Pará (Famep) foi a primeira entidade pública a aderir ao programa, no final de novembro.

Condraf aprova criação de Comitê de Reforma Agrária – Site do MDA. 06/12/2012

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (Condraf), órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), aprovou nesta quinta-feira (6) resolução que cria o Comitê de Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária, vinculado ao Condraf. O objetivo é criar mais um espaço de discussão envolvendo governo e sociedade e aprofundar a participação social na elaboração e aperfeiçoamento das políticas públicas. O texto da resolução foi aprovado no plenário do segundo e último dia da 52ª Reunião Ordinária do Conselho, que ocorre em Brasília (DF).

“O comitê visa englobar todo o debate da reforma agrária e do ordenamento fundiário, com os principais atores que envolvem o tema”, afirmou a presidente em exercício do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Érica Galvani Borges. Políticas de infraestrutura, financiamento, Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e comercialização serão discutidas pela sociedade civil, governo e movimentos sociais.

Para a conselheira Denise Soares, da Rede Nacional de Colegiados Territoriais, o novo espaço vai fortalecer o diálogo permanente entre governo e sociedade civil para debater e aperfeiçoar políticas de acesso à terra. “O Comitê vai ajudar a entender e também aprimorar a questão do reordenamento agrário. Vai beneficiar todas as pessoas que precisam da terra”, observou.

Crédito Fundiário

Durante a Reunião do Conselho, o secretário de Reordenamento Agrário, Adhemar Almeida, apresentou novas medidas do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que aguardam aprovação do Conselho Monetário Nacional para serem implementadas. As propostas foram elaboradas pelo Grupo de Trabalho do PNCF, formado pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Fazenda e por movimentos sociais.

Se aprovadas, o programa vai passar a operar com juros mais baixos, Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e prazos maiores. Minimizar riscos, baratear o crédito, dar mais assessoramento e articular outras políticas públicas estão entre os objetivos. “Essas mudanças tornam o programa ainda mais atrativo e vem junto com um desafio: ampliar o número de famílias atendidas. Para o próximo ano, a nossa expectativa é atender 10 mil famílias pelo Crédito Fundiário”, adiantou o secretário Adhemar Almeida.

O presidente do Condraf, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, elogiou as propostas, que vão facilitar o acesso dos agricultores familiares ao programa. “Nós temos de 2003 a 2011 mais de 90 mil pessoas que acessaram o Crédito Fundiário. São pessoas que adquiriram terra pela política. Aperfeiçoá-la (para que mais gente possa ter acesso) é muito importante, principalmente para a juventude rural, na medida em que um terço dos beneficiários do crédito fundiário tem sido jovens abaixo de 29 anos”, destacou o ministro.

Inkra vai usar imagens de satélite para monitorar assentamentos na Amazônia Legal – Site do INCRA. 07/12/2012

Um Termo de Cooperação firmado entre o Incra e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) vai possibilitar a utilização de imagens de satélite de alta resolução como base de informação para a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e monitoramento ambiental nos assentamentos de reforma agrária na Amazônia Legal.

A cooperação foi firmada nesta sexta-feira (7) durante audiência entre o presidente do Incra, Carlos Guedes e o ministro substituto Francisco Gaetani. A medida estabelece o repasse de R\$ 5 milhões ao MMA, já realizado, para a compra dos dados cartográficos. O valor total investido nessa aquisição é de R\$ 29 milhões.

A iniciativa integra um conjunto de ações do Plano de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal - Programa Assentamentos Verdes, lançado pelo Incra no último dia 27 passado e que prevê a execução integrada de ações de prevenção, combate e promoção de alternativas ao desmatamento ilegal em assentamentos da Amazônia Legal. A meta é atender 980 assentamentos, em 199 municípios, e alcançar mais de 190 mil famílias até 2019.

O presidente do Incra Carlos Guedes destacou que as imagens será ferramenta fundamental para a garantia da precisão, qualidade, abrangência e atualidade no monitoramento ambiental. As imagens vão contribuir para uma melhor utilização do uso e ocupação do solo e na produção de informações ambientais.

Gaetani observou que as ações que o Incra está construindo na área ambiental, demonstra o compromisso da autarquia com o meio ambiente e vai ajudar o Brasil a cumprir suas metas de redução do desmatamento ena Amazônia.

Assentamentos Verdes

O Programa Assentamentos Verdes terá como eixos a valorização de ativos ambientais e de atividades produtivas; a recuperação de passivos ambientais com geração de renda e segurança alimentar; Regularização Ambiental e Fundiária, via CAR e o monitoramento e controle ambiental.

Bolsa Verde

O Programa Assentamentos Verdes está integrado às ações do Bolsa Verde, do MMA. Hoje existem 20.134 famílias em 544 assentamentos recebendo o benefício. Outras famílias estão sendo selecionadas e em fase de contratação junto ao programa, o que vai totalizar 41.750 famílias em 955 assentamentos. As famílias assentadas representam 62% dos beneficiários do Programa Bolsa Verde.

Desmatamento em assentamentos

De acordo com dados do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes), a redução do desmatamento nos projetos de assentamentos na Amazônia Legal reduziu 26,5% na comparação entre 2011 e 2012. Dos 2.174 assentamentos analisados pelo Prodes, 630 tiveram desmatamento detectado sistema de monitoramento.

Os 15 assentamentos mais desmataram em 2012 representam 30% do total desmatado nessa categoria fundiária. A área desmatada em 2012 representa 0,5% do total da cobertura florestal em assentamentos. As Superintendências Regionais já foram orientadas a fazer um levantamento nos assentamentos que mais desmataram.

MMA e Incra firmam parceria. Sophia Gebrim – Site do MMA. 07/12/2012

Imagens de satélite que serão utilizadas no Cadastro Ambiental Rural também ajudarão a enfrentar o desmatamento nos assentamentos

O secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Francisco Gaetani, e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes, assinaram, nesta sexta-feira (07/12), termo de cooperação entre os órgãos onde o instituto repassa R\$ 5 milhões como parte da recente aquisição, pelo MMA, de imagens de satélite em alta resolução, no valor de R\$ 28,9 milhões, que serão utilizadas como base de informação para o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Também participaram da assinatura o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Paulo Guilherme Cabral, a diretora de Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Marilúcia Valse, e o coordenador-geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Incra, Carlos Eduardo Sturm.

“As imagens adquiridas, por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR), irão contribuir para a redução do desmatamento em assentamentos”, disse Gaetani, após conhecer o Programa Assentamentos Verdes, parceria do Incra com órgãos do governo federal. Ele destaca, ainda, a importância do programa para o fortalecimento de parceria histórica entre os órgãos. “A parceria beneficiará a todos os envolvidos tanto no projeto assentamentos verdes quanto no CAR, acrescentou. Dessa forma, o Incra também utilizará as imagens de satélite para a implantação do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia, denominado conhecido como Assentamentos Verdes.

DEFENSORES DA FLORESTA

O secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Paulo Guilherme Cabral, que também participou da assinatura, destacou a importância do programa. “Aqueles populações diferenciadas que vivem em assentamentos da reforma agrária na Região Amazônica são historicamente guardiãs do meio ambiente e, com o fomento de ações ligadas ao CAR, esse vínculo de caráter protetor será ainda mais fortalecido, além de promover o combate à miséria e regularização ambiental”, aponta o secretário. O Programa Assentamentos Verdes inclui ações de prevenção, combate e alternativas ao desmatamento ilegal em assentamentos da Amazônia Legal.

A expectativa do Incra é que, como parte das estratégias do Programa Bolsa Verde, inserido no Plano Brasil Sem Miséria, o Programa Assentamentos Verdes consiga atender 980 projetos de assentamentos, em 199 municípios e alcançar mais de 190 mil famílias até 2019.

“O programa está entre as principais contribuições da autarquia para a mudança do perfil das áreas de reforma agrária na região, tornando-as comunidades rurais autônomas e ambientalmente sustentáveis”, ressalta o presidente do Incra, Carlos Guedes. Segundo ele, é um programa robusto para avançar na agenda agrária na Amazônia.

SAIBA MAIS

O Programa Assentamentos Verdes está sendo estruturado pelo Incra em conjunto com outras instituições públicas e privadas, além de entidades e associações ligadas ao campo e meio ambiente. Com a parceria do Bolsa Verde nessas regiões, as populações de assentamentos em área de preservação ambiental receberão o incentivo do Programa, que é de R\$ 300 a cada três meses, para prosseguir com ações de conservação. Já o Cadastro Ambiental Rural (CAR) irá garantir a regularização ambiental dessas populações, o que contribuirá para a legalização de terras e consequente redução nas taxas de desmatamento.

A expectativa do Incra é que, no início de 2012, iniciem reuniões de trabalho, nas superintendências estaduais da autarquia, com o objetivo de organizar os procedimentos necessários para o cumprimento das metas, que farão parte de um plano de trabalho plurianual. O Programa Assentamentos Verdes será validado até 1º de março de 2013 junto a órgãos da administração pública direta e indireta e à sociedade civil.

Governo chinês costura lei para combater confisco de terras. Esther Fung e Tom Orlik – Valor Econômico, The Wall Street Journal. 07/12/2012

O governo chinês está criando uma lei para combater o confisco de terras dos 650 milhões de agricultores do país, uma medida capaz de atenuar uma grande causa de insatisfação social e também ajudar a equilibrar o crescimento econômico desigual do país.

Em uma iniciativa pouco notada, o Conselho de Estado da China, órgão decisório supremo do governo, apoiou numa reunião na semana passada uma emenda à lei da gestão de terras. Os detalhes estão apenas esboçados e a lei ainda precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional Popular da China. Mas, segundo especialistas, a mudança tornará mais difícil para as autoridades locais se apropriarem de terras e vai aumentar a indenização que os agricultores recebem quando suas áreas são requisitadas para interesse público.

Li Ping, especialista em direito fundiário do instituto Landesa de desenvolvimento rural, disse que a medida é significativa. "Na China há confiscos abusivos de terras todos os dias; os protestos no campo são comuns, alguns deles colocando vidas em risco. A mudança na lei vai fortalecer a posse da terra pelos os agricultores e ajudar a melhorar a situação".

A alteração na lei é considerada uma prioridade para o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, que está prestes a deixar o cargo e que chefiou a reunião do Conselho de Estado. Wen vem tentando dar mais ênfase às políticas de desenvolvimento rural e já teve

sucessos, incluindo a abolição de impostos agrícolas, embora no passado as iniciativas de reforma agrária pouco fizeram para mudar o sistema na prática.

Segundo as leis em vigor, há uma considerável flexibilidade para os governos locais requisitarem terras dos agricultores, muitas vezes pagando pouca ou nenhuma indenização. Isso incentivou esses governos a venderem o máximo possível de terras, o que gerou um boom de dez anos nos investimentos em infraestrutura e imobiliários. As apropriações também vêm aumentando as receitas dos governos locais, com a venda de terras acrescentando cerca de 3 trilhões de yuans (US\$ 482 bilhões) a seus cofres em 2011 e ajudando a pagar serviços públicos.

Mas as terras apreendidas por pouco dinheiro e os negócios feitos na base da violência e da corrupção também são uma causa crescente de distúrbios. Pesquisas feitas pela Landesa descobriram que quase um quarto dos agricultores não recebeu nenhuma indenização pelas terras que lhes foram tomadas, e os que receberam só ganharam uma fração do valor de mercado das terras. Yu Jianrong, especialista em distúrbios civis da Academia Chinesa de Ciências Sociais, escreveu em 2010 que as disputas pela terra estavam por trás de 65% dos conflitos sociais no campo no país.

A ira mal contida da população devido às tomadas de terras ganhou destaque internacional no ano passado, quando moradores revoltados na aldeia pesqueira de Wukan, no Sul da China, conseguiram que as autoridades da província prometessem devolver as terras que haviam sido tomadas ilegalmente pelo governo local.

Uma mudança na lei, aumentando a indenização paga aos agricultores e introduzindo limites sobre os lugares em que os governos locais podem confiscar terras, pode aliviar as tensões no campo. Também pode dar o pontapé inicial na reestruturação, já tão atrasada, da economia chinesa, eliminando o desperdício de investimentos.

"Custos maiores da aquisição de terras vão obrigar os governos locais a reduzir sua dependência dos investimentos em infraestrutura e habitação para crescer. Com o crescimento dos investimentos já tendendo à desaceleração, essa iniciativa sugere que os legisladores do governo central estão realmente falando sério sobre reequilibrar [a economia]", escreveu a empresa de pesquisas GaveKal Dragonomics em nota.

Quem vai arcar com os custos serão os governos locais, que verão as receitas com a venda de terras caírem enquanto os custos de indenização sobem. "Isso chama a atenção para a dependência dos governos locais das receitas provenientes das terras e das falhas da atual estrutura tributária", disse Li Xiande, analista da China Real Estate Information Corp.

Para os incorporadores imobiliários chineses, a medida pode ser negativa a longo prazo, já que provavelmente vai aumentar o preço das terras. As construtoras estão só agora saindo de uma recessão de dois anos, resultado de rigorosos controles governamentais sobre o setor. Duas das maiores incorporadoras do país, a China Vanke e Evergrande Real Estate Group, divulgaram aumentos acentuados nas vendas de novembro em relação a um ano antes.

"Todas as construtoras basicamente esperam que os preços da terra subam de ano em ano", afirmou Leo Yang, gerente de finanças empresariais e relações com investidores da Yuzhou Properties, que é sediada em Xiamen listada na bolsa de Hong Kong.

"Quanto a nós, prevemos um aumento de cerca de 10% no custo da terra e, se essa nova lei for promulgada, ela pode acrescentar mais alguns pontos percentuais".

A principal questão quanto às leis da posse da terra continua sendo a implementação. As autoridades e as construtoras locais, os atores mais poderosos na política rural da China, têm forte interesse em manter o status quo. Os agricultores têm uma representação fraca no processo político, e muitas vezes só têm ideias muito vagas de seus direitos legais.

Não existe uma ação para democratizar a terra. José Coutinho Júnior – Site do MST. 10/12/2012

A Reforma Agrária parou em 2012 e foram poucos os investimentos do governo na produção dos camponeses e nos assentamentos.

Além disso, há um novo discurso de que “agora é preciso desenvolver os assentamentos já existentes, não desapropriar terras”.

Assim, o governo se afasta cada vez mais dos camponeses e dos movimentos sociais do campo.

“A Reforma Agrária está paralisada por causa do modelo de desenvolvimento em questão hoje no Brasil, o agronegócio”, analisa Marina dos Santos, da Coordenação Nacional do MST.

Apesar do cenário desfavorável, Marina defende a pressão sobre o governo para que a Reforma Agrária seja colocada em pauta.

Confira a entrevista de Marina para a página do MST sobre as perspectivas da Reforma Agrária e a importância da luta pelo campo:

Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) indicam que 10.815 famílias foram assentadas de janeiro a novembro. O que esse número representa para a Reforma Agrária?

Esse número é irrisório, dada uma realidade tão complexa que temos no Brasil, com altíssimo nível de concentração de terra, que só aumenta com a ação das transnacionais, que vem se apropriando das terras no Brasil e na América do Sul.

É um número que reflete o aumento da concentração, da desnacionalização da terra e dos bens naturais. Por outro lado, o governo prioriza o agronegócio, o latifúndio, a produção de poucos produtos para exportação, em detrimento do fortalecimento da agricultura familiar camponesa.

A opção do governo pelo agronegócio é clara, demonstra tanto o discurso político da maioria dos ministérios como a liberação de recursos para as grandes empresas. A

Reforma Agrária está praticamente parada no país. Não existe uma ação do governo de democratizar a terra e para enfrentar o latifúndio improdutivo. Pelo contrário.

Essa atitude em relação à Reforma Agrária se agravou no governo Dilma?

Isso vem da década de 90, com a aceleração do modelo neoliberal e do surgimento e consolidação do agronegócio no Brasil. E nos últimos anos, todos os governos têm propagandeado que fizeram a maior Reforma Agrária de todos os tempos, mas há uma contradição enorme aí. E os grandes meios de comunicação ignoram isso. O índice Gini mostra que a concentração de terras não está mudando.

É inexplicável os governos fazerem “a maior Reforma Agrária do mundo”, quando o Gini aponta a manutenção da concentração de terras. Você não pode democratizar a terra se ao mesmo tempo ela está concentrada. A Reforma Agrária está paralisada por causa do modelo de desenvolvimento em questão hoje no Brasil, o agronegócio.

A grande imprensa aponta que como o agronegócio gerou empregos para trabalhadores de baixa renda, que desistiram de lutar pela Reforma Agrária. Como você analisa isso?

É outra contradição. O que temos visto é que quem garante a produção de alimentos saudáveis e a geração de empregos é a agricultura familiar, não o agronegócio. Pelo contrário, o agronegócio estimula o êxodo rural, a saída das famílias do campo, que vão para as médias e grandes cidades urbanas tentar sobreviver. Essa é uma tese que não condiz com a realidade do campo brasileiro.

Qual o percentual de assentados que desistem de seu lote. Por que existe essa desistência?

Há alguns anos, pesquisas indicavam que menos de 10% dos assentados desistiam do lote. Em um contexto geral da agricultura brasileira e levando em conta o êxodo rural causado pelo agronegócio, o percentual dos assentamentos é bem abaixo da média do campo. Os principais motivos que levam as famílias a desistir do lote é a falta de políticas públicas e de infraestrutura.

O governo tem várias medidas que facilitam o acesso às políticas públicas pelos grandes proprietários, que já tem uma infraestrutura razoável. Quem está sendo assentado agora não tem nenhum tipo de infraestrutura e não há facilidades que propiciem que os assentados acessem crédito. E onde há, é muito burocratizado. É difícil para muitos ter acesso aos créditos disponíveis para a pequena agricultura, e os assentados ficam a mercê de uma sobrevivência sem o apoio das políticas públicas.

Como você vê o discurso do Inca de que a prioridade agora é desenvolver os assentamentos?

A questão é que nem o desenvolvimento dos assentamentos está sendo feita pelo Inca e pelo governo. Estão investindo em determinados estados para criar assentamentos modelos, que vão facilitar a propaganda da Reforma Agrária e dos assentamentos. São raros os assentamentos que estão tendo apoio a esse processo de infraestrutura e desenvolvimento.

Infelizmente, eles têm atuado menos na questão de desapropriação das terras improdutivas para a realização dos assentamentos, o que é uma pena, porque o lema desse governo é o combate à miséria.

A realização da Reforma Agrária, a distribuição de terras e o investimento nas áreas dos assentamentos são uma política fundamental para superar a miséria do país. Tanto da população que vive no interior como de quem mora nas cidades, que teriam acesso a geração de emprego, ao crescimento do mercado local, à produção de alimentos mais farta, barata e com maior qualidade.

Que medidas seriam necessárias por parte do governo para colocar em curso uma Reforma Agrária efetiva?

A primeira medida deveria fazer uma reestruturação para fortalecer o Incra, que está completamente sucateado, com poucos funcionários, salários baixos e poucos recursos para realizar o trabalho de campo. Teria que renovar o quadro funcional, tirando pessoas desmotivadas e até contrárias à realização da Reforma Agrária, disponibilizando recursos para garantir o trabalho de campo.

O outro elemento é disponibilizar recursos de fato, aumentando a verba do Incra para a realização de desapropriações, aquisições de terras e vistorias. E fazer uma sinalização política para a sociedade de que o governo estaria disposto à realização da Reforma Agrária, com o enfrentamento do latifúndio.

Qual o papel dos movimentos sociais nesse contexto?

Os movimentos têm de continuar cumprindo seu papel organizador, mobilizador e de pressão. Devem continuar organizando os trabalhadores sem-terra pelo país. E pressionar os governos para que cumpram sua responsabilidade, punindo o latifúndio improdutivo e realizando a Reforma Agrária.

E os desafios para o ano que vem?

É a necessidade de articulação e unidade dos movimentos sociais do campo, que foi iniciada neste ano com o encontro unitário [organizado em agosto pelos movimentos sociais, sindicatos e organizações de indígenas, quilombolas e ribeirinhos]. Temos que continuar trabalhando para garantir a unidade das lutas e pautas de todos movimentos sociais do campo, para que isso garanta uma maior pressão sobre o governo federal.

Os movimentos devem continuar organizando as áreas de assentamento, tanto nos quesitos culturais, de educação, da formação técnica e política dos assentados, para que produzam alimentos de qualidade, livre de agrotóxicos, para a população do campo e da cidade.

E na parte de apontar as contradições do agronegócio?

Outro desafio importante é denunciar para a sociedade o uso dos agrotóxicos, que é um grande vilão do agronegócio. A sociedade está ganhando uma consciência do mal que o agronegócio faz, com sérias consequências para as pessoas, o meio ambiente, para o conjunto da sociedade com o alto uso de venenos no campo.

Temos que ganhar a simpatia da sociedade para a realização da Reforma Agrária, porque ela não vai se concretizar apenas com a pressão dos movimentos do campo. Se o conjunto da sociedade brasileira não pautar, reivindicar e cobrar de fato a Reforma Agrária, não conseguiremos realizá-la.

Incra/MDA e CNPq selecionam 34 projetos de Residência Agrária em universidades de 18 estados – Site do INCRA. 11/12/2012

O Incra, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) divulgaram ontem (10) resultado da chamada pública CNPq/MDA-Incra nº26/2012 . Todas as informações podem ser acessadas na página www.cnpq.br, no link Resultados. Dos 113 projetos apresentados, 34 foram selecionados, contemplando 24 universidades distribuídas em todo o Brasil (veja lista abaixo). No total, serão investidos R\$ 40,5 milhões para essas instituições de ensino desenvolverem projetos de pesquisa e extensão rural voltados para a inovação tecnológica e o desenvolvimento de assentamentos da Reforma Agrária.

Cada projeto aprovado contará com até R\$ 500 mil anuais para custeio de ações nos exercícios de 2013, 2014 e 2015. A chamada pública prevê ainda o pagamento de até 58 bolsas mensais do CNPq por núcleo de residência agrária para o próximo triênio. A quantidade e os valores das bolsas mensais que se enquadram nas modalidades do CNPq são: duas bolsas EXP-B, de R\$ 3 mil cada; três bolsas EXP-C, de R\$ 1,1 mil cada; 50 bolsas ATP-A, de R\$ 550,00 cada) e 3 bolsas IEX, de R\$ 360,00 cada.

Entenda

O edital teve foco na qualificação da formação de professores, alunos e técnicos extensionistas, na geração de conhecimentos, capacitação técnico-profissional e nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos assentados, considerando os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação do Campo e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) (Decreto nº. 7.352/2010), do Programa Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização (Terra Sol) e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei nº. 12.188, de 11 de janeiro de 2010).

Os projetos selecionados articulam ensino, pesquisa e extensão inovadora, visando o aperfeiçoamento das ações já desenvolvidas no âmbito dos projetos educacionais, capacitação, assistência técnica e fomento à agroindustrialização e comercialização nos assentamentos de Reforma Agrária, disponibilizando os seus resultados para a sociedade brasileira.

As linhas temáticas são: fomento à organização para acesso aos mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); apoio a processos de

beneficiamento/agroindustrialização de produtos pelos grupos, associações e cooperativas de assentados/agricultores familiares; apoio a processos de gestão administrativa de grupos, associações e cooperativas de assentados/agricultores familiares; agroecologia e sustentabilidade na produção agrícola, pecuária, atividades pluriativas e manejo de recursos naturais nos assentamentos rurais; capacitação para extensionismo tecnológico articulado às ações de combate à pobreza nos assentamentos rurais; comunicação, projetos artísticos e culturais em comunidades de assentamentos rurais; formação de educadores e novas metodologias para a Educação do Campo; uso de metodologias participativas aplicadas à pesquisa, assistência técnica e extensão rural.

Acesso de crédito emergencial para assentados é ampliado – Site do INCRA. 11/12/2012

Assentados da reforma agrária poderão acessar crédito emergenciais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na modalidade Declaração de Aptidão tipo "B". A medida permite acesso aos recursos emergenciais para municípios em que a Defesa Civil reconhece que seca, inundações, temporais, geadas entre outros fatores climáticos tenham prejudicado suas lavouras ou atividades. O valor do benefício é de até R\$2,5 mil em recursos das linhas de crédito emergenciais para aplacar suas dificuldades.

Portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), publicada na última sexta feira (07) no Diário Oficial da União (DOU), autoriza o Incra a emitir a DAP "B". Até então o Incra só emitia a DAP A. Antes da medida, somente os assentados aptos às linhas de crédito Pronaf A e Pronaf A/C contavam com os recursos das linhas de crédito voltadas para minimizar os prejuízos e problemas ocasionados por fenômenos naturais. De acordo com a portaria, os assentados que ainda não estão na demanda qualificada têm agora mais facilidades de se enquadrarem na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) tipo "B".

Emissão e Garantia Safra

Outra novidade da portaria é a emissão da DAP B por mais entidades. Além do Incra, a Fundação Palmares e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM Bio) também podem emitir a declaração para assentados, extrativistas e quilombolas.

Para os assentados que vivem na região do Semi-Árido brasileiro que estiverem aptos à DAP B é a possibilidade de contar com os recursos do Garantia Safra. A ação vinculada ao Pronaf indeniza os agricultores das regiões do norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo que tiverem mais de 50% de sua produção de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho ou outras comprovadamente danificada pela seca.

Combate ao desmatamento na Amazônia inclui 58 assentamentos de Rondônia – Site do INCRA. 11/12/2012

Com a criação pelo Incra do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia (PPCADI-Amazônia), denominado "Programa Assentamentos Verdes", o estado de Rondônia será contemplado, a partir desse mês, com 58 projetos de assentamento e reservas extrativistas, onde residem 6.085 famílias de agricultores.

O programa busca a execução integrada de ações do Incra e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) visando à prevenção, o combate e a promoção de alternativas ao desmatamento ilegal em assentamentos da Amazônia. Os eixos são a valorização de ativos ambientais e de atividades produtivas, a recuperação de passivos ambientais com geração de renda e segurança alimentar, a regularização ambiental e fundiária, o monitoramento e o controle ambiental.

A meta inicial é o atendimento dos assentamentos inseridos nos municípios do Arco Verde, atendidos pelo Bolsa Verde e presentes na rota do Programa Brasil Sem Miséria (PBSM). Em toda a Amazônia serão contemplados 199 municípios, em 980 projetos de assentamentos, com 190.567 mil famílias, em 20.974.596 hectares.

Parcerias

O superintendente do Incra em Rondônia, Luis Flavio Carvalho Ribeiro, explicou que o programa será desenvolvido com instituições parceiras, públicas e privadas, e com os movimentos sociais do campo, para a prevenção, o combate e a criação de alternativas ao desmatamento ilegal em assentamentos da reforma agrária na Amazônia. Foram realizadas oficinas regionais de planejamento que vão compor um plano de trabalho plurianual.

"Rondônia já avançou na execução do programa ao assinar termo de cooperação com a Sedam para a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) inicialmente nos assentamentos dos municípios do Arco Verde, onde buscaremos a regularidade ambiental e a titulação dos lotes", afirmou.

Na superintendência regional do Incra está sendo instalada uma estrutura para atendimento exclusivo aos programas "Assentamentos Verdes", "Brasil sem Miséria" e áreas de acampamentos com conflitos agrários. Entre outras providências, o superintendente anunciou a criação das equipes "Alertas de Rondônia", compostas por técnicos que irão a campo assim que for detectado desmatamento, queimadas etc. para imediata notificação do infrator. Também será atualizado o Cadastro de Infratores Ambientais em Assentamentos, garante o superintendente.

"Governo abandonou Reforma Agrária iludido com agronegócio", diz Stedile. Celso Horta – Site do MST. 13/12/2012

Há mais de 30 anos na luta dos trabalhadores rurais sem terra, João Pedro Stédile, um gaúcho descendente de italianos, ficou conhecido pela forma direta como manifesta suas opiniões políticas. O coordenador do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) avalia que o Brasil passa por um refluxo no movimento popular. Stédile dá nota

oito para a presidente Dilma Rousseff e cinco para todo o governo, que para ele reúne setores da burguesia e dos trabalhadores.

Vocês enquadram a gestão do PT dentro do modelo do neo-desenvolvimentismo? Por que?

A formulação que os movimentos sociais fazem, entre eles o MST e a Via Campesina, é que os governos Lula e Dilma são fruto de uma frente política de classes da sociedade brasileira. Dela, participam desde a grande burguesia até os mais pobres. E isso dá estabilidade e popularidade ao governo. Porém, o mantém como governo de composição de classes, com decisões heterogêneas e, às vezes, até contraditórias, ora beneficiando a burguesia, ora os trabalhadores, ora os mais pobres.

No plano econômico, o próprio governo tem se autodefinido como neodesenvolvimentista. É uma alternativa importante ao projeto tucano e do imperialismo, o neoliberalismo. O neodesenvolvimentismo procura desenvolver políticas que gerem crescimento econômico e distribuição de renda. Isso é importante, porém insuficiente.

Os problemas graves da sociedade brasileira, como emprego e moradia digna para todos, terra aos sem terra, universalização da educação e acesso à cultura, somente se resolverão com reformas estruturais. E apenas serão viáveis com a retomada da mobilização de massas uma correlação de forças dentro do governo mais compromissada com os trabalhadores.

Em relação à Reforma Agrária, quais os avanços e recuos durante estes dez anos?

Nos últimos dez anos, não houve avanços em termos de Reforma Agrária. Reforma Agrária é uma política pública que leva a democratização da propriedade da terra, como bem da natureza, ao maior número possível de seus cidadãos. Nos últimos dez anos, se ampliou a concentração da propriedade da terra. E pior, concentrou inclusive nas mãos do capital estrangeiro e de empresas que não são da agricultura.

O governo Dilma não conseguiu nem resolver o problema social das 150 mil famílias que estão acampadas, algumas há mais de cinco anos. Portanto, o governo Dilma abandonou a Reforma Agrária, iludido com o sucesso do agronegócio, que produz, ganha dinheiro, mas concentra a riqueza e a terra e aumenta a pobreza no campo.

Como você avalia o governo Dilma do ponto de vista ideológico: de 1 a 10, qual a nota?

A presidenta Dilma tem um bom desempenho pessoal e ideológico, daria oito. A composição de seu governo, formada pelas forças políticas que detêm o controle dos ministérios, é bem pior do que no governo Lula. São prepotentes e desconhecem as prioridades do povo. Ainda estão navegando com as políticas sociais do governo Lula. Daria 5 para eles.

Gestões municipais progressistas podem ajudar o fortalecimento de organizações como o MST que defendem a agricultura familiar e a economia solidária?

Nós somos devotos de Santo Antonio Gramsci, o mais interessante dos santos italianos, sobretudo porque foi um sábio e comprometido com os trabalhadores. E ele dizia que a luta de classes ocorre em todos os espaços da sociedade moderna. Seja nas disputas eleitorais, seja em muitos espaços de pequenos poderes, que ele chamava de “estado ampliado”.

Portanto, todos os espaços, um jornal, uma rádio, uma televisão comunitária, um sindicato, uma prefeitura, um governo do estado... Todos são espaços que podem acumular forças para o projeto da classe trabalhadora ou podem acumular forças para os capitalistas e os exploradores. Nós acreditamos e defendemos que as prefeituras podem e devem ser espaços importantíssimos para desenvolver políticas públicas a favor das necessidades do povo, democratizar a participação popular nas decisões municipais, etc.

Há partidos e organizações de vanguarda preocupados com esta construção? Que movimentos você enxerga como atores políticos no futuro imediato e de médio prazo?

Infelizmente, no sentido genérico e incluindo todas as categorias do campo e da cidade, vivemos um período de refluxo do movimento de massas. E isso retirou força política para a classe atuar nas disputas da sociedade. Porém, esses períodos são limitados, em algum momento virá um novo processo de ascenso. Ninguém sabe quando, nem como. E somente nos períodos de reascenso é possível rearticular formas organizativas e forças políticas-ideológicas.

Por isso que agora estamos vivendo uma pasmaceira, em termos de organização política, que nos leva apenas a disputar eleições. Que são necessárias, porém insuficientes para o projeto da classe trabalhadora. Então, em períodos difíceis como esse, temos de investir na formação de militantes, no estímulo da luta social, e na construção de meios de comunicação alternativos até que a maré mude.

O MST há muito denuncia a judicialização da política no Brasil. Esta ofensiva da direita em torno da exploração política do mensalão, como ferramenta de combate ao PT, é parte do mesmo processo de subordinar direitos políticos ao judiciário?

Claro. A classe dominante brasileira é muito esperta e experiente. Não é por nada que manda há 500 anos. Ela sabe que não tem hegemonia no governo federal. Participa, mas não manda. Então, para se contrapor às forças da classe trabalhadora, nos últimos dez anos, a prioridade da burguesia, além de ganhar dinheiro na economia, tem sido utilizar-se do judiciário e dos meios de comunicação para combater as idéias e os programas da classe trabalhadora. E o episódio recente do STF é apenas um capítulo dessa ofensiva e controle hegemônico que a burguesia tem sobre o judiciário e o usará contra todos os que assumirem compromissos claros com a classe trabalhadora.

Que peso você atribui à regulação da mídia na construção de um país democrático e socialmente justo?

A classe dominante tem no controle hegemônico da mídia, uma de suas principais armas para manter o controle da população, enganá-la e fazer a luta de classes contra o povo e os trabalhadores. Por isso, é fundamental trabalharmos em duas direções: primeiro, lutar pela democratização dos meios de comunicação. Segundo, construirmos

nossos próprios meios de comunicação populares, para fazer essa disputa de ideias, de forma democrática, mas com as mesmas condições.

Incra e MDA ressaltam esforços conjuntos para reconhecimento de territórios quilombolas – Site do INCRA. 13/12/2012

Nestas quinta(13) e sexta-feiras, diversas entidades relacionadas à regularização fundiária e às comunidades quilombolas realizam o Encontro Nacional de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas, em Brasília(DF). O evento visa discutir avanços, desafios e perspectivas relacionadas ao tema, bem como elaborar uma proposta de trabalho integrado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e representantes dos Institutos Estaduais de Terra, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

De acordo com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, cerca de 80% dos 125 títulos de territórios regularizados estão em terras estaduais. Ele afirma que para atingir essa porcentagem há um esforço conjunto da União junto aos órgãos estaduais. “Há muito trabalho do Incra, muito recurso federal envolvido. É importante a gente dizer isso para mostrar que há um esforço conjunto da União. Neste sentido, vamos ampliar nossos esforços e intensificar ainda mais a parceria com os estados”, ponderou.

O ministro definiu o encontro como uma somatória de esforços dos órgãos federais com os estaduais para o avanço de políticas de reconhecimento dos territórios quilombolas e de seus direitos. “Atualmente 194 comunidades têm seu território reconhecido, o que representa 10% da demanda atual, então temos muito trabalho pela frente”, ressaltou.

Coragem

O presidente do Incra, Carlos Guedes, realçou o aniversário de dez anos do decreto nº4887, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, classificando como um ato de coragem do ex-presidente Lula. “É um ato que nos autoriza, enquanto governo, a fazer uma avaliação e atualização da agenda de trabalho. Muito aprendemos nesses dez anos sobre o processo do reconhecimento de um território onde há uma presença, uma memória, uma história construída pelas comunidades quilombolas e como isso reflete na questão fundiária”, afirmou.

Guedes anunciou a parceria com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) que visa ajustar os procedimentos de atuação e acelerar a regularização dentro de comunidades quilombolas em terras da União. “No caso dos estados, queremos assumir o compromisso de apoiar os institutos de terra em tudo que for necessário, seja na elaboração de relatório, seja no georreferenciamento, na localização dessas

comunidades, para que possamos ter resposta no ponto de vista de garantir esses direitos”, assegurou.

Avanços

A ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, enfatizou os avanços realizados durante 2012. Ela lembrou que, no mês de novembro, foram entregues 23 certificados pela Fundação Cultural Palmares e assinados 11 decretos, declarando terras quilombolas de interesse social e titulando efetivamente duas comunidades. “Queremos chegar ao final de 2013 com números muito mais robustos e fazer um trabalho mais integrado que é, fundamentalmente, o que precisamos para poder avançar nessa questão da regularização fundiária dos quilombos”, garantiu.

O presidente da Fundação Cultural Palmares, Eloi Ferreira Araújo, destacou que o sucesso das ações desempenhadas e metas cumpridas em 2011 se deve à participação efetiva de todas as organizações envolvidas no processo. Ele ainda salientou a importância das comunidades quilombolas para o País. “Quando falamos de comunidades quilombolas, falamos de povos afro-descendentes, que com suas lutas e trabalhos, construíram a identidade nacional e alavancaram o estado brasileiro para ser essa economia pujante que é hoje”, lembrou.

A programação do evento seguiu com o painel Processo de Reconhecimento a Titulação das Comunidades Quilombolas. O diretor de Patrimônio Afrobrasileiro da Fundação Cultural Palmares, Alexandro Reis, explicou como se dá o processo de certificação de comunidades quilombolas. O encontro encerra na tarde de sexta-feira (14) com a elaboração de um documento com as propostas discutidas.

CNA negocia com MDA e Incra soluções para a regularização fundiária no Brasil – Site da CNA. 14/12/2012

O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) vai trabalhar com uma nova mentalidade, titulando os assentados da reforma agrária, ratificando os títulos das propriedades localizadas nas faixas de fronteiras e regularizando os imóveis localizados às margens das rodovias federais, além de simplificar os procedimentos de certificação do georreferenciamento dos imóveis. Este pacote de soluções para o setor foi negociado pela presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, com o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, e o presidente do Incra, Carlos Guedes, durante reunião histórica, na sede da entidade.

A presidente da CNA solicitou ao MDA e ao Incra a “libertação” dos assentados da reforma agrária, com a titulação dos lotes aos proprietários rurais e a consequente emancipação dos assentamentos. Hoje, os assentamentos são criados, mas os produtores, sem o título de propriedades das terras e sem renda para alcançar a sua sustentabilidade, permanecem dependentes de políticas públicas. Para surpresa da CNA, o Incra mostrou disposição de estabelecer maior celeridade ao processo de titulação dos lotes dos assentados, aguardando apenas a solução judicial das áreas em litígio.

Quanto a regularização fundiária nas faixas de fronteira, o Incra vai trabalhar com a CNA em busca de uma proposta legal para ratificar “de ofício” os títulos expedidos pelos Estados em áreas de faixa de fronteira. Também ficou acertado o estudo para a regularização fundiária das áreas de 100 quilômetros, localizadas às margens das rodovias federais, na Amazônia Legal, consideradas devolutas pelo então Decreto Lei 1164/71, da época da ditadura militar. Os proprietários destas áreas não conseguem o reconhecimento de domínio definitivo de suas posses, localizadas nos Estados da Amazônia Legal.

Por ação da CNA, o Incra decidiu revisar os procedimentos de certificação do georreferenciamento de imóveis rurais, desburocratizando o processo, por meio da norma de execução 105/2012. Segundo relatou o presidente do Incra, a partir de agora, para certificar o imóvel, não será mais necessário apresentar uma série de documentos exigidos até então. Serão suficientes a poligonal e o memorial descritivo do imóvel, desde que não haja sobreposição de áreas. Todo o processo será automatizado.

Entre todas as boas notícias apresentadas pelo MDA e Incra, na reunião com a presidente da CNA, chama a atenção o cancelamento das vistorias realizadas nas áreas atingidas pela seca na região Nordeste e a suspensão de novas vistorias até a normalização das condições climáticas. Nestas vistorias, algumas superintendências do Incra estavam aferindo a produtividade dos imóveis rurais (o Grau de Utilização da Terra – GUT e o Grau da Eficiência da Exploração – GEE) em plena área considerada de calamidade pública pelo próprio governo federal, o que carecia de total razoabilidade e até legalidade.

Quanto ao programa Terra Legal do Governo Federal, criado pela Lei 11.952/2009, oriunda da MP 458/2009, relatada pela senadora Kátia Abreu, o ministro Pepe Vargas disse que vai acelerar a regularização fundiária das áreas acima de quatro módulos até 15, revisando os atuais procedimentos.

A senadora Kátia Abreu colocou à disposição do MDA a possibilidade de usar o banco de dados da Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA), desenvolvida pela CNA e MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), para automatizar o processo de preenchimento da CCIR (Certificado de Cadastro de Imóvel Rural), feito hoje manualmente. Desta forma, a PGA não estará desenvolvendo um banco de dados único somente para o rebanho bovino brasileiro, junto com o MAPA, mas viabilizando, também, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), junto ao Ministério do Meio Ambiente, e o CCIR, com o MDA.

Por fim, a presidente da CNA também solicitou o apoio do ministério do Desenvolvimento Agrário junto à Secretária de Defesa Sanitária do Ministério da Agricultura para flexibilizar as normas e desburocratizar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), facilitando o registro sanitário de produção artesanal aos pequenos produtores rurais. Diante da complexidade das normas, apenas 25 produtores, em todo o Brasil, conseguiram credenciar-se junto ao SUASA, desde a sua criação. Sem esse credenciamento, os pequenos produtores ficam impossibilitados de vender seus produtos artesanais, de maior valor agregado, e garantir renda para a atividade.

Também participaram da reunião o presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da CNA, Fábio Meirelles Filho, e o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Torsiano, além da área técnica da CNA.

Nota MDA e Incra - Sobre Termo de Acordo firmado com o Ministério do Planejamento – Site do INCRA. 19/12/2012

1 - O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), cumprimentam os servidores da autarquia pelo esforço conjunto que resultou na assinatura do Termo de Acordo firmado com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e que vai possibilitar o reajuste salarial dos servidores do Incra a partir de 2013.

2 - Esse resultado é fruto também do trabalho de fortalecimento do Incra, colocado em curso pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em diálogo permanente com os demais entes do Governo Federal, que preconiza, dentre suas principais diretrizes, a valorização dos servidores públicos federais.

3 - São exemplos, as iniciativas para melhorar a prestação de serviços na certificação de imóveis, que possibilitaram a emissão de 2.365 certificados em 17 dias úteis, ante a emissão de 150 certificados em sete meses. Da mesma forma, a integração das políticas públicas para as famílias assentadas está propiciando a ampliação de investimentos na reforma agrária, em que o melhor exemplo é a entrada do programa Minha Casa, Minha Vida nos assentamentos de reforma agrária, a partir de 2013.

4 - O MDA e o Incra ratificam a sensibilidade do Governo em conceder tratamento diferenciado aos servidores da autarquia, pois serão os únicos a terem reajuste superior aos 15,8% acordado com as demais categorias de servidores públicos nessa nova rodada de negociação . Graças a esse esforço, o MPOG , a direção do MDA e do Incra conseguiram ampliar o impacto orçamentário do reajuste de R\$ 104 milhões para R\$ 150 milhões.

5 - A negociação entre o MPOG e o Incra atingiu patamares de até 45% sobre a valor atual, o que não foi conquistado por outras categorias. No topo da carreira, o nível intermediário receberá um aumento percentual de 7,7% acima dos servidores do mesmo nível do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE). Serão beneficiados 3.118 servidores, que representam 93,4 % do total dos ativos do nível intermediário. Além disso, a maioria expressiva dos aposentados e pensionistas receberão aumentos que variam entre 21,76% e 37,13%.

6 - A sensibilidade do Governo também está permitindo uma reestruturação e ampliação no quadro de servidores do MDA. Para tanto, o Governo enviou para o Congresso, o Projeto de Lei (PL) 4365/2012 que autoriza a criação de 341 cargos, com a realização de novo concurso. Também autorizou a nomeação de 37 servidores aprovados em concurso no ano de 2008 (contador, agentes administrativos, engenheiros, entre outros); a seleção de 60 analistas de Políticas Sociais (Decreto nº 7.191/2010) e cinco analistas de Comércio Exterior (Decreto nº 7.228/2010). O governo autorizou, ainda, a realização de concurso para o preenchimento de 150 vagas temporárias para a Secretaria

Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal/MDA), para atuarem no Programa Terra Legal. No total, serão 593 servidores que devem se incorporar ao quadro do ministério a partir de 2013. Ainda no primeiro trimestre de 2013, o MPOG autorizará o Incra a nomear os classificados no concurso de 2010.

7 - A direção do MDA e do Incra reafirmam o compromisso de avançar na qualificação dos serviços públicos prestados pela autarquia a todos os produtores rurais do País, em especial a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e famílias assentadas da reforma agrária, construtores de um Brasil Rural cada vez mais inclusivo.

Judiciário faz ofensiva contra a Reforma Agrária, diz Gilmar. José Coutinho Júnior – Site do MST. 20/12/2012

O assentamento Milton Santos, com área pouco maior que 100 hectares e no qual vivem 68 famílias em Americana, na região de Campinas, no interior de São Paulo, corre risco de acabar.

Apesar de existir há sete anos e produzir alimentos para os municípios de Americana e Cosmópolis, uma decisão judicial de reintegração de posse ameaça a permanência das famílias na área.

“Estamos enfrentando essa ofensiva muito grande do Judiciário em relação às áreas de assentamento. É uma articulação que envolve o Estado brasileiro, o agronegócio, os governos estadual e federal, impedindo o avanço da Reforma Agrária”, afirma o membro da Direção Nacional do MST, Gilmar Mauro.

“É um assentamento pequeno, em função da pouca quantidade de terra. É pouco mais de um hectare para cada família. É fundamentalmente destinado para a produção de hortifrúti. Esse assentamento está no meio do canavial usado pela usina Ester. E mostra a quantidade de alimentos que podemos produzir naquela terra”, diz Gilmar.

Confira a entrevista de Gilmar Mauro sobre a situação do Milton Santos para a Página do MST:

Qual a história da área do Milton Santos?

É uma área que foi confiscada em 1976 pela ditadura em função de dívidas que o grupo Abdala tinha com a União. Várias propriedades do grupo foram confiscadas e encaminhadas para órgãos públicos. Uma delas ficou no nome do INPS, hoje Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Mas havia uma cláusula no final dessa medida dizendo que se os bens confiscados fossem maiores do que a dívida que a empresa tinha, se faria a devolução do bem. Em 1981, o grupo entrou com uma prestação de contas e provou que os bens eram maiores que a dívida, obtendo a devolução de alguns bens, entre esses a área do assentamento.

Essa ação transitou em julgado em 1990, só que a empresa não foi no cartório registrar a propriedade no seu nome, ela continuou em nome do INSS. Isso é uma forma de ocultar patrimônio, porque eles deviam para outros setores e pessoas, e tendo o patrimônio em mãos, acabariam perdendo.

A área continua em nome do INSS e, em 2006, foi feito pedido para que o Incra assentasse as famílias do acampamento Milton Santos. E isso foi feito. Foi uma operação legal, na qual o INSS passou a propriedade ao Incra, que assentou as famílias. Esse ano o grupo Abdala veio com a ação de que a terra era deles.

Qual o interesse desse grupo?

Esse grupo tem um contrato de arrendamento que pertence à usina Ester, que entrou na Justiça pedindo a reintegração de posse. O pedido é contra o Incra e as famílias. O juiz teria dado um prazo de 15 dias para o cumprimento do despejo, o que ocorreria nessa quinta.

No entanto, nem as famílias assentadas nem o Incra foram notificados para desocupar a área. Tecnicamente, não está correndo o prazo, mas não podemos ficar esperando, porque de repente encontram algum subterfúgio legal para dizer que o prazo estava valendo.

Não existe um dispositivo legal que protege as famílias de serem despejadas, após a criação do assentamento?

A União assume os assentamentos como legais, então são homologados e a responsabilidade é da União e do governo federal. Mas quem pediu a reintegração também é um juiz federal sabedor disso. Tecnicamente, se houver o despejo, o Incra tem que indenizar todos e achar outra área. Mas nós estamos pedindo uma desapropriação por interesse social, para que as famílias não tenham que sair de lá. Na desapropriação por interesse social, não cabe recurso jurídico de contestação. Esse processo está na Casa Civil [da ministra Gleise Hoffmann]. Nossa luta é pressionar para que de fato a presidenta Dilma desaproprie a área por interesse social.

Qual a importância do assentamento para o movimento e para as cidades próximas?

É um assentamento pequeno, em função da pouca quantidade de terra. É pouco mais de um hectare para cada família. É fundamentalmente destinado para a produção de hortifrúti. Esse assentamento está no meio do canavial usado pela usina Ester. E mostra a quantidade de alimentos que podemos produzir naquela terra. Todo tipo de investimento que se faz lá dentro são recursos que vão ser movimentados nas cidades de Cosmópolis e Americana. É um assentamento que possui uma quantidade grande de famílias morando lá e sobrevivendo dessa produção. Impedir que haja esse despejo é fundamental para manter a luta pela Reforma Agrária próxima dos centros urbanos. A produção do assentamento vai para a merenda escolar, para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A comunidade realiza feiras em Cosmópolis todo sábado, onde as famílias participam e levam essa produção.

Como é a relação do assentamento com a usina e fazendas vizinhas?

É muito difícil, pois há uma pressão grande para a retirada dessas famílias. A usina, inclusive, tentou fechar o caminho do assentamento para Cosmópolis, e houve várias tentativas de despejo. Por isso que há uma conjunção de interesses, tanto da Justiça Federal como da usina, de tirar essas famílias de perto do canavial. Há uma luta naquela região, para que se amplie as áreas dos assentamentos.

Quais medidas o Incra vem tomando para evitar o despejo?

O Incra diz que não vai haver despejo. O problema é que o mesmo ocorreu em situações onde as famílias foram despejadas dos assentamentos, como em Limeira, onde uma área da União foi passada para fazer assentamento. E fomos despejados brutalmente. Essa garantia de palavra é sempre uma promessa, mas famílias querem uma decisão definitiva. E o final do ano se aproxima, queremos resolver essa situação. O Incra diz que está encaminhando todos os procedimentos, tentando várias alternativas, e no limite irá realizar a desapropriação por interesse social. Falei na semana passada com os ministros Aloízio Mercadante [Educação] e a Ideli Salvati [Relações Institucionais], que estão cientes.

O que representaria, para a Reforma Agrária, esse tipo de ameaça de despejo de famílias de assentamentos produtivos?

Estamos vivendo uma situação grave. Não é só o Milton Santos. Em Pernambuco, em Minas Gerais, na área de Felisburgo, em mais duas áreas em São Paulo, existem assentamentos em consolidação que podem sofrer revés por parte da Justiça. Além de estarmos num cenário de poucas desapropriações, com a Reforma Agrária fora da pauta do governo federal e do debate político, enfrentamos essa ofensiva muito grande do Judiciário em relação às áreas de assentamento. É uma articulação que envolve o Estado brasileiro, o agronegócio, os governos estadual e federal, impedindo o avanço da Reforma Agrária.

Quais atividades o MST planejou em defesa do assentamento?

Vamos fazer uma marcha até a Paulista nesta terça-feira. A ideia é mostrar para a população que o assentamento Milton Santos pode se transformar em um novo Pinheirinho [comunidade de São José dos Campos despejada violentamente pela Polícia Militar em janeiro] e fazer uma pressão em frente ao escritório da Dilma e do Tribunal Regional Federal. Depois do ato, vamos para o assentamento Milton Santos e montar um acampamento de resistência. Na sexta-feira, teremos um grande ato em Americana para divulgar à sociedade a situação do Milton Santos e pedir a solidariedade do povo local para nossa causa.

Assentados da reforma agrária passam a ser atendidos pelo Programa Água para Todos – Site do INCRA. 20/12/2012

Assentados da reforma agrária do Semiárido nordestino e do norte de Minas Gerais serão atendidos pelo Programa Água para Todos, do Governo Federal. A integração dessa política social com os programas levados aos assentamentos foi garantida a partir da assinatura, nesta quinta-feira (20), de um acordo de cooperação técnica entre o Incra e o Ministério da Integração Nacional. Estão previstos investimentos de R\$ 84 milhões (50% de cada órgão) na construção de sistemas de abastecimento de água em 575 áreas de reforma agrária, incluídas no Plano Brasil Sem Miséria, em benefício de 31 mil famílias.

A assinatura do acordo de cooperação pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, e o presidente do Incra, Carlos Guedes, ocorreu em Brasília, durante reunião de prestação de contas das ações do Governo Federal para enfrentar a maior estiagem dos últimos 40 anos, que atinge o Nordeste brasileiro e o norte de Minas Gerais. São 1.326 municípios com situação de emergência reconhecida pela Defesa Civil, muitos com projetos de assentamento em seu território.

O Programa Água para Todos, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional, foi criado com o intuito de universalizar o acesso e o uso de água por moradores de comunidades rurais. Até 2014, a meta é levar água a 750 mil famílias, principalmente do Semiárido brasileiro. Somente em 2012 foram empenhados R\$ 2 bilhões para o programa, dos quais, R\$ 1 bilhão já pago, conforme explicou o ministro Bezerra.

Os recursos previstos no acordo de cooperação serão aplicados na abertura de cisternas, construção de sistemas coletivos de abastecimento de água e pequenas barragens. “Essa iniciativa nos dá muita força para mostrar que a reforma agrária é um espaço de vida e que representa uma grande parcela do nosso país”, afirmou o presidente do Incra.

Segundo Guedes, a ação vai ser integrada a outros investimentos em infraestrutura nos assentamentos como as medidas para habitação, que a partir de 2013 será feita pelo Minha Casa, Minha Vida. Outro programa é o PAC-2 Infraestrutura, a partir do qual os municípios com até 50 mil habitantes serão beneficiados com máquinas para que recuperação e manutenção de estradas de acesso aos assentamentos. A contrapartida das prefeituras interessadas em aderir ao PAC-2 Infraestrutura é a compra da produção dos assentados por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O ministro Fernando Bezerra anunciou, ainda, que está em estudo no ministério uma forma de levar o Programa Mais Irrigação, lançado recentemente pelo Governo Federal, para áreas de assentamento.

DAP B

Além da extensão dos benefícios do Programa Água para Todos, os assentados da reforma agrária podem, também, acessar créditos emergenciais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), na modalidade Declaração de Aptidão tipo "B". A medida, em vigor desde o início de dezembro, permite o uso de recursos emergenciais para municípios em que a Defesa Civil reconhece prejuízos da seca, de inundações, temporais, geadas, entre outros fatores climáticos, a lavouras ou atividades produtivas dos assentados. O valor do benefício é de até R\$2,5 mil em recursos das linhas de crédito emergenciais para aplacar as perdas.

Antes da publicação da portaria que autoriza o Incra a emitir a chamada DAP B, somente os assentados aptos às linhas de crédito Pronaf A e Pronaf A/C contavam com os recursos das linhas de crédito voltadas a minimizar os prejuízos e problemas ocasionados por fenômenos naturais.

As famílias assentadas que vivem no Semiárido brasileiro e que estão aptas à DAP B têm, ainda, a possibilidade de contar com os recursos do Garantia Safra. A ação vinculada ao Pronaf indeniza os agricultores das regiões do norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo que tiverem mais de 50% da produção de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho ou outras comprovadamente danificadas pela seca.

Incra fará Cadastro Ambiental Rural de um milhão de assentados – Site do INCRA. 20/12/2012

O Incra vai promover o Cadastro Ambiental Rural (CAR) de cerca de um milhão de assentados da reforma agrária, com ênfase na Amazônia Legal. A realização do CAR nas áreas de assentamentos da reforma agrária é parte do esforço do governo federal de promover a regularização ambiental dos imóveis rurais de todo o país.

Um Acordo de Cooperação Técnico firmado entre o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Incra, nesta quinta-feira, 20, reforça essa agenda integrada nas políticas de desenvolvimento rural, que inclui, além do CAR, o apoio e a assistência técnica no processo de regularização ambiental dos agricultores familiares, prioritariamente no âmbito do Pronaf Sustentável.

A realização do CAR será uma das ações prioritárias do programa Assentamentos Verdes.. O Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia, denominado Assentamentos Verdes, tem como foco a redução do desmatamento nos assentamentos, associada às estratégias do Programa Bolsa Verde, do Ministério do Meio Ambiente. A meta é atender 980 assentamentos, em 199 municípios, e alcançar mais de 190 mil famílias até 2019.

O programa baseia-se na atuação conjunta do Incra com instituições públicas e privadas, além de organizações sociais do campo. As ações estão orientadas em quatro eixos: valorização de ativos ambientais e de atividades produtivas; a recuperação de passivos ambientais com geração de renda e segurança alimentar para as famílias; a regularização fundiária e ambiental via Cadastro Ambiental Rural (CAR), por unidade familiar, além do monitoramento e controle ambiental.

Salto

"Estamos dando um salto importante na questão ambiental do nosso país. O novo Código Florestal e a implementação do CAR resultam em um novo momento para o Brasil, tanto para a questão ambiental quanto como instrumento para pensar as políticas públicas", destacou Pepe Vargas.

O banco de dados do CAR, com informações ambientais das propriedades e posses rurais, permitirá o controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, além do combate ao desmatamento. Para a ministra Izabella Teixeira os acordos firmados nesta tarde são essenciais para o pleno funcionamento do Cadastro. "Na realidade o que nós fizemos aqui foi mais um passo a favor da consolidação do CAR, e as parcerias com os órgãos são fundamentais para o processo ganhar escala", assegurou.

Para apoiar essas ações, o Incra fez ainda outra parceria com o MMA para a aquisição de imagens de satélite de alta resolução, que serão utilizadas como suporte à realização do CAR. Além do termo de cooperação, foram assinados outros 13 acordos com órgãos do governo e da sociedade civil. Participaram do evento o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Banco do Brasil, entre outros.

Sobre o CAR

Instituído pela Lei 12.651/2012, o Cadastro Ambiental Rural é um registro público eletrônico de informações ambientais do imóvel rural obrigatório para os mais de 5,5 milhões de imóveis rurais no território nacional.

O instrumento, que é fundamental para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais, consiste no levantamento de informações georreferenciadas do imóvel, com delimitação das Áreas de Proteção Permanente, Reserva Legal e remanescentes de vegetação nativa.

MDA, Incra e GDF assinam Termo de Cooperação para criar assentamentos – Site do MDA. 21/12/2012

Acelerar a criação de assentamentos da reforma agrária no Distrito Federal e na Região do Entorno é o objetivo do Termo de Cooperação assinado nesta sexta-feira (21) pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes, e o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, em cerimônia realizada no Palácio do Buriti, em Brasília. O compromisso firmado visa facilitar o processo de criação de assentamentos, que será realizado pelo Governo do Distrito Federal (GDF) e reconhecido pelo Incra/MDA.

O ministro Pepe Vargas destacou a necessidade de se desburocratizar os mecanismos e

agilizar o processo de doação de terras para a reforma agrária com o objetivo de dar à população assentada acesso às políticas públicas. “O GDF fará os assentamentos, nós vamos reconhecê-los e as famílias terão acesso ao crédito, à infraestrutura e às políticas do governo federal que assentados têm direito em todo o Brasil, como os programas Luz para Todos, Água Para Todos e, a partir de 2013, o Minha Casa Minha Vida”, afirmou o ministro, ao reforçar a entrada do programa de habitação nos assentamentos no próximo ano.

Pepe Vargas lembrou, ainda, a importância do registro das famílias assentadas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). “É um direito do trabalhador sem terra, que terá acesso a programas como o Brasil Carinhoso e o Bolsa Família,” afirmou.

O presidente do Incra, Carlos Guedes, deu destaque à importância desta etapa na garantia do acesso às políticas nos assentamentos, como a chegada do programa Minha Casa Minha Vida. “Há uma reforma agrária sendo feita no País e devemos cuidar dela com carinho, dando infraestrutura, promovendo a regularização fundiária e ambiental e apoiando a produção dos assentados”, afirmou Guedes.

Um exemplo é o apoio do Incra no fornecimento de combustível para equipamentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) que serão doados, pelo MDA, em 2013 para municípios de todo o País. Em contrapartida, as prefeituras assumem o compromisso de adquirir produtos dos assentamentos por meio de programas de comercialização como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Parceria

O governador Agnelo Queiroz elogiou a parceria com o MDA e o objetivo mútuo de garantir os direitos do trabalhador rural. “Vamos facilitar a integração das políticas coordenadas pelo GDF e o governo federal acelerando os mecanismos de regularização fundiária em nível distrital”, lembrou Agnelo. As medidas beneficiam 13.623 famílias de 195 assentamentos no Distrito Federal e Entorno, entre elas as que vivem no assentamento Oziel Alves III, cuja portaria de criação foi assinada, durante a cerimônia pelo Incra e o GDF. Com o reconhecimento do Incra, as 168 famílias que vivem na área de cerca de mil hectares localizada às margens da rodovia BR 020, entre Planaltina e Formosa, passam a ter acesso já em 2013 às políticas de fomento, crédito, habitação rural e infraestrutura.

Durante o evento também foi assinado o decreto de criação do Conselho de Política de Assentamento Rural, que coordenará a implementação dos assentamentos, recebimento das áreas, seleção de famílias e seu acompanhamento no GDF.

Contra despejo, MST bloqueia 6 rodovias no interior paulista – Folha de São Paulo. 21/12/2012

Movimento pede resposta do Incra sobre possibilidade de expulsão de 70 famílias em assentamento sem terra. Problema acontece por causa de disputa que envolve antigos donos da área, uma usina e dois órgãos públicos.

Uma série de protestos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) bloqueou ao menos oito pontos de rodovias no interior de São Paulo na manhã de ontem.

O movimento pede uma resposta do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) à possibilidade de despejo de quase 70 famílias que há sete anos vivem no assentamento Milton Santos, em Americana (127 km de São Paulo).

No km 167 da rodovia Raposo Tavares, próximo a Itapetininga, a paralisação durou poucos minutos. Em dois trechos da Transbrasiliana (BR-153), dois da Marechal Rondon (SP-300) e na Francisco Alves Negrão (SP-258) houve protestos de uma hora.

O DER (Departamento de Estradas de Rodagem) de São Paulo também confirmou um bloqueio no km 31 da Abraão Assed (SP-333), em Serrana, região de Ribeirão Preto.

Na rodovia Anhanguera, na altura de Limeira (151 km de SP), os manifestantes fecharam as pistas por volta das 9h, com pneus queimados. Exibiram faixas e usaram carro de som. A manifestação durou 40 minutos.

Segundo a coordenação do movimento, militantes de outros Estados pretendem preparar uma resistência, caso a reintegração seja cumprida. O prazo dado pela Justiça para que as famílias saiam voluntariamente é até a próxima quarta-feira (26).

Uma das coordenadoras do assentamento, Luciana Silva, diz que a intenção é dobrar o número de pessoas no local. "As famílias produzem e vivem no local há sete anos, em uma área que é da União. Ninguém vai sair", disse.

Na semana passada, o Incra informou que foram seguidos "todos os procedimentos legais para transformar a área em um projeto de assentamento."

O problema ocorre porque em 1976 a área foi tomada pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) dos antigos proprietários, que tinham dívidas com a União. A família briga na Justiça para voltar a ser dona do terreno.

A usina Ester, que ocupava o terreno antes do MST, também briga na Justiça pela posse do imóvel. Foi por essa disputa que a Justiça determinou, no início do ano, a desocupação da área.

A reportagem da Folha tentou entrar em contato com o setor jurídico da usina, mas foi informada de que estão todos em férias.

Não foi possível localizar a defesa da família que reivindica a propriedade do imóvel.

Incra publica dados de combate ao desmatamento na Amazônia – Site do INCRA. 23/12/2012

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) passa a divulgar, trimestralmente, a partir deste mês de dezembro, um boletim informativo sobre a situação do desmatamento em assentamentos da reforma agrária na Amazônia Legal. O

objetivo é tornar a publicação uma ferramenta de monitoramento e transparência das estratégias adotadas pelo Incra para reduzir o desmatamento na região.

As informações para a elaboração do boletim são disponibilizadas pelos sistemas operacionais de monitoramento da Amazônia do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe): o Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes) e o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real na Amazônia (Deter). A publicação também contém informações produzidas pela Coordenação Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais (DTM) do Incra.

Clique aqui e acompanhe as ações de preservação ambiental e combate ao desmatamento empreendidas pelo Incra, além da análise dos dados preliminares do Prodes 2012, que apontam queda do desflorestamento nos assentamentos da reforma agrária instalados na Amazônia Legal.

Novas áreas para reforma agrária em 2013 – Site do INCRA. 28/12/2012

Um cenário de significativas mudanças na sistemática das ações empreendidas pela instituição e ampliação dos benefícios ao público atendido. Essa é a perspectiva delineada pela direção do Incra para a reforma agrária em 2013, que começará marcado pela conquista de 336 áreas a serem transformadas em assentamentos, em benefício de cerca de 16 mil famílias.

Os esforços no sentido de obter terras para destinar a trabalhadores rurais, assegurando a eles a possibilidade de produzirem e terem renda no campo, resultaram na decretação de 31 imóveis como de interesse social para fins de reforma agrária em 2012. São cerca de 72 mil hectares, em benefício de 1,6 mil famílias.

Os decretos de dez dessas áreas foram publicados nesta sexta-feira (28), no Diário Oficial da União. As propriedades estão localizadas nos estados da Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Juntas, têm 18 mil hectares e capacidade para receber 510 famílias.

Nesta última semana do ano, o Incra também foi autorizado a realizar o pagamento de R\$ 98,2 milhões por nove áreas com ações de desapropriação ajuizadas, mas que tinham pendências e estavam paradas na Justiça há anos. Os 9,8 mil hectares correspondentes poderão beneficiar 778 famílias de trabalhadores rurais.

Muitos desses processos aguardavam solução há mais de uma década. O caso mais emblemático é o da Usina Cambayba, no município fluminense de Campos dos Goytacazes. Nesta fazenda, de acordo com o livro Memórias de uma guerra suja, do ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) Cláudio Guerra, teriam sido incinerados corpos de dez militantes políticos, mortos pela ditadura militar. Após 14 anos de contenda judicial, o Incra poderá destinar o imóvel à reforma agrária.

Os demais imóveis estão em fases mais adiantadas, com previsão de conclusão até o final do primeiro semestre do ano que vem.

Integração

O Incra passou a beneficiar os assentados por meio de políticas públicas integradas ao Plano Brasil Sem Miséria, como os programas Luz para Todos, Água Para Todos e, a partir de 2013, o Minha Casa Minha Vida. O objetivo é converter os assentamentos em comunidades rurais autônomas integradas. Naqueles já existentes, as ações prioritárias se darão em três eixos: infraestrutura, apoio à produção e regularização fundiária e ambiental.

O PAC Equipamentos é um exemplo dessa integração. Os municípios com até 50 mil habitantes vão receber do Ministério do Desenvolvimento agrário (MDA) equipamentos de infraestrutura. Ao Incra caberá fornecer o combustível para as máquinas, a fim de que os municípios façam a manutenção e a conservação de estradas nos assentamentos. A contrapartida exigida das prefeituras é que adquiram a produção dos assentados, a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Para 2013, está previsto o atendimento de 300 mil famílias com assistência técnica, ambiental e social. A meta é a disseminação de modelos ambientalmente sustentáveis. O Programa Assentamentos Verdes, voltado para a regularização fundiária e ambiental da Amazônia Legal, é outra ação de destaque, que deverá atender 980 assentamentos em 199 municípios e alcançar mais de 190 mil famílias até 2019.

“Há uma reforma agrária feita no País, grande parte dela nos governos Lula e Dilma, com mais de 87 milhões de hectares e quase um milhão de famílias assentadas. Agora, entramos em um período de ação em que combinamos quantidade e qualidade para os novos assentamentos”, ressalta o presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes.
